**Ata da 231ª Reunião Ordinária de 2017 do
Conselho Municipal de Saúde de Cascavel**

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se no Auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel, em reunião ordinária o Conselho Municipal de Saúde, sendo a pauta. **Item 1) Expediente Interno. 1.1) Aprovar Ata nº 230, de 17 de abril de 2017. 2) Ordem do dia: 2.1) Para Deliberação. 2.1.1) Homologar Conselho Local de Saúde do Cancelli. 2.1.2) Homologar Conselho Local de Saúde do XIV de Novembro. 2.1.3) Homologar Conselho Local de Saúde do Distrito de São Salvador. 2.1.4) Eleger Conselheiros para as Reuniões do CES/PR nos meses de junho, julho e agosto de 2017. 2.1.5) Discutir e Deliberar sobre VigiaSUS. 2.1.6) Discutir e deliberar sobre SIOPS/2016. 3. Discussão Temática: 3.1) Discussão sobre Convênio do Hospital Giácomo Lunardelli. 4. Informes Gerais. 4.1) Informe sobre a Norma 19/2017 referente a consultas e exames especializados. 4.2) Informe sobre Reunião do CES/PR do mês de abril Terezinha/Valdemar apresentar relatório dos assuntos discutidos. 4.3) Informe sobre o Ciclo de Debates em Saúde do Trabalhador. 4.4) Informe sobre Resolução nº 453 do CNS.** O Sr. João Maria iniciou a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos fazendo verificação de quórum estando treze Conselheiros presentes. Foi solicitado inclusão de pauta para realização de Plenária com inscrição de Delegados dos segmentos dos Trabalhadores, Gestores e Prestadores para completar número de vagas. **Foi colocado em votação e com catorze votos favoráveis um voto contrário e nenhuma abstenção foi aprovado a inclusão de Pauta do assunto Plenária para inscrição de Delegados dos Segmentos dos Trabalhadores, Gestores e Prestadores.** O Sr. João Luiz Araujo solicita que conste que votou contra. **Item 1) Expediente Interno. 1.1) Ata nº 230, de 17 de abril de 2017.** O Sr. João Luiz Araujo solicita correção na Ata número duzentos e trinta, disse que na linha duzentos e trinta e duzentos e trinta e um está faltando sua fala que a Comissão emita parecer e volte para o Conselho deliberar. **Na realidade houve um equívoco do Conselheiro, a Ata está correta. Continuando disse que nas linhas trezentos e dezesseis trezentos e dezessete e trezentos e dezoito, deveria conter que foi aprovado o envio para a Comissão para análise emissão de parecer para que volte ao Conselho com os anexos para Deliberação, na verdade houve outro equívoco do Conselheiro a Ata está correta com a proposta que foi votada na ocasião. Foi colocado em votação e com doze votos favoráveis nenhum voto contrário e duas abstenções foi aprovada a ATA duzentos e trinta de dezessete de abril de dois mil e dezessete. 2) Ordem do dia: 2.1) Para Deliberação. 2.1.1) Homologar Conselho Local de Saúde do Cancelli.** Estavam presentes O Sr. Humberto primeiro coordenador, O Sr. Miguel Roberto, a Sra. Solange, a Sra. Marisa. **Foi colocado em votação e com dezesseis votos favoráveis nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi homologado o Conselho Local de Saúde do Cancelli. 2.1.2) Homologar Conselho Local de Saúde do XIV de Novembro.** Foi colocado em votação e com quinze votos favoráveis nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi homologado o Conselho Local de Saúde do XIV de Novembro. **2.1.3) Homologar Conselho Local de Saúde do Distrito de São Salvador.** Foi colocado em votação e com quinze votos favoráveis nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi homologado o Conselho Local de Saúde de São Salvador. Com a presença do Sr. Neudi Giroto **Foi colocado em votação e com catorze votos favoráveis nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi homologado o Conselho Local de Saúde da Vila Tolentino. 2.1.4) Eleger Conselheiros para as Reuniões do CES/PR nos meses de junho, julho e agosto de 2017.** Foram escolhidos os Conselheiros João Luiz Araujo e Elves Vieira Rocha para o mês de junho, Elton José Munchen e Gladys Mari Rodrigues para o mês de julho, José Alvanir Quevedo de Oliveira e Maria José Santo Teske para o mês de agosto. A Sra. Palmira Rangel disse que agora que já foram escolhidos os Conselheiros que irão representar o nosso Conselho junto ao CES gostaria de fazer uma proposta sendo que tem uma Resolução do Conselho que diz o Conselheiro que participar das reuniões do CES deve trazer relatórios do que está acontecendo nas reuniões do CES e tem que estar participando das Comissões e do Conselho na íntegra, disse hoje estar como Conselheira Estadual e várias vezes foi representar esse Conselho no passado e sempre participou ativamente das reuniões inclusive onde achava que tinha interesses do Município e o que se vê hoje em relação a representatividade e a participação dos Conselheiros não está surtindo aquele efeito desejado que surtia no passado porquê todos os meses vai uma pessoa diferente e aquelas discussões que são feitas lá ficam fragmentadas e muitas vezes pessoas que vão lá levam coisas que seriam da administração municipal que seriam questões internas nossas muitas coisas que deveriam estar sendo resolvidas aqui levam em título de denúncia para o CES, disse não estar com a última Ata da reunião em mãos para dizer o que foi falado com respeito ao Município de Cascavel no CES que são conversas de bastidores e de corredores e que muitas vezes o que escuta lá entristece porque denigre a imagem do nosso Conselho sendo coisas que devemos estar decidindo e que está sendo levado como por exemplo as cirurgias eletivas estamos discutindo esse assunto há exaustão a vários meses tentando fazer com

60 que ande tentando conversar com prestadores e todos sabemos disso e lá foi passado que o nosso
61 Conselho não está fazendo nada que as cirurgias estão paradas porque o Gestor não está pagando e
62 nosso Conselho não tomou atitude nenhuma o que está acontecendo em relação a isso por parte de
63 membros de Conselho muito entristece, então qual é o intuito de estar enviando dois Conselheiros todos
64 os meses para as reuniões do CES para discussões vazias que não discutem de fato a saúde pública em
65 relação ao nosso Município dentro do CES, propõe que após esses três meses que foram eleitos hoje
66 começar a otimizar o nosso dinheiro público e também o nosso tempo e talvez uma Resolução em que
67 seria eleito se houvesse algum assunto de relevância para o Município ou uma aprovação de LDO ou
68 alguma discussão para crescimento e não ir lá só para conversas de corredores e para denegrir a
69 imagem tanto do Conselho quanto do Gestor Municipal, disse ser representante de trabalhador não ser
70 representante de usuário não ser representante de Gestor e fica entristecida por ver que o nosso
71 Conselho está levando para o lado de politicagem, na próxima reunião posso trazer o trecho da Ata
72 porque não foi ainda aprovada posso trazer o trecho aonde tudo que se dá de errado acontece no
73 Município de Cascavel tudo que dá errado na saúde é em Cascavel, propõe para que entre como ponto
74 de Pauta para uma Deliberação do Conselho que seja eleito Conselheiro para reunião do CES só
75 quando necessário porque é dinheiro público que se está gastando e a representatividade está
76 denegrindo a imagem desse Conselho e do Município. **Foi colocado em votação e com onze votos
77 favoráveis nenhum voto contrário e duas abstenções foram eleitos os Conselheiros João Luiz
78 Araujo e Elves Vieira Rocha para o mês de junho, Elton José Munchen e Gladys Mari Rodrigues
79 para o mês de julho, José Alvanir Quevedo de Oliveira e Maria José Santo Teske para o mês de
80 agosto de dois mil e dezessete. 2.1.5) Discutir e Deliberar sobre VigiaSUS.** Foi feita leitura do
81 parecer da Comissão de Atenção à Saúde e Avaliação de Projetos (CASP) aprovando o Descritivo da
82 Aplicação dos Recursos do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde. A Sra. Beatriz
83 disse que no descritivo foi feita uma junção de todos os saldos das Resoluções do VigiSus recursos
84 repassados ao Município desde dois mil e treze, fala que o VigiSus é um programa de qualificação da
85 Vigilância em saúde proposto pelo Estado do Paraná em que é passado aos municípios uma quantia de
86 recursos financeiros que é usado especificamente para o fortalecimento da Vigilância em saúde que são
87 Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância em Saúde Ambiental e também a Saúde do
88 Trabalhador esses recursos são usados abrangendo todas as Vigilâncias tendo uma série de medidas
89 que devem ser cumpridas sendo noventa e seis indicadores houve uma avaliação e foram cumpridos
90 oitenta e um ponto três por cento desses indicadores sendo setenta e oito indicadores que foram
91 cumpridos além de prestar conta dos recursos também é feita dos indicadores que refletem nos serviços
92 de saúde e na saúde da população como um todo. O Sr. João Luiz Araujo disse que não ia fazer
93 questionamento queria manifestar seu voto contrário pela falta de respeito desse Conselho porque o
94 VigiSus foi enviado para o Conselho no dia vinte e seis do quatro, continuou dizendo vocês não tem isso
95 ai porque fui no Conselho e solicitei o ofício e vocês também não tem o parecer quando no Regimento
96 Interno no artigo dezessete parágrafo primeiro ele diz que os documentos tem que ser enviados inclusive
97 o parecer para ter ciência como esse Conselho vai deliberar sobre um assunto com falta de documentos,
98 disse que não vai votar favorável se não tem acesso aos documentos até pela Lei de acesso a
99 informação, disse que seu voto contrário para ficar registrado em Ata justamente pela falta de respeito
100 porque o Conselho recebeu dia vinte e seis do quatro no dia vinte e sete a CASP emitiu parecer
101 analisando o calendário de reuniões realmente a CASP tinha uma reunião no dia vinte e sete e a
102 elaboração de pauta foi no dia dois então é o meu voto contrário é pela falta de respeito ou o Gestor
103 Municipal respeita esse Conselho nas datas corretas ou então vou estar sempre me manifestando
104 sempre me posicionando se não por que regimento interno se não para que legislação se não se respeita
105 a Lei se não respeita Resoluções então para que ter Regimento Interno ou então tem que se organizar e
106 a organização parte da Mesa Diretora o prazo para recebimento é de dez dias antes da reunião então se
107 a reunião da elaboração de pauta foi dois de maio então teriam que ter mandado isso ai no dia vinte e um
108 ou no dia vinte e quatro que é o prazo regimental que está no Regimento Interno do Conselho. **O
109 Conselheiro deve verificar o calendário aprovado pela plenária onde consta a data de entrega de
110 documentos para serem pautados. Os dez dias a que se refere o Regimento Interno no artigo
111 dezessete parágrafo primeiro são da Reunião do Conselho. Os anexos a que se refere o
112 Regimento são dos documentos entregues para serem pautados.** A Sra. Palmira Rangel disse que
113 tem uma Resolução do Conselho onde diz que toda documentação para sair do Conselho deve vir com
114 ofício dizendo o porquê do pedido da documentação sendo protocolado no Conselho, quando se coloca
115 que os pareceres devem ser encaminhados para os Conselheiros todo parecer antes de ser aprovado
116 nesse Pleno ele não é um documento oficial então ele não pode estar sendo encaminhado porque
117 quando a Comissão emite o parecer não quer dizer que aquilo é um documento a documentação que vai
118 para os Conselheiros além da Ata é documentação que é protocolada no Conselho como membro de

119 Comissão se um parecer for enviado para os Conselheiros antes de passar pelo Conselho vou deixar de
120 assinar parecer porque não quero responder judicialmente por uma questão de dar ou não um parecer
121 contrário ou não, a questão da documentação tem que verificar a Resolução para ver quando pode e
122 como pode o Conselheiro estar solicitando essa documentação, disse que gostaria que fosse
123 encaminhada para os Conselheiros para esclarecimento. O Sr. João Luiz Araujo disse que não falaria se
124 não estivesse fundamentado no Regimento se não é para respeitar então que se jogue no lixo ou altere
125 no parágrafo segundo diz as solicitações de assuntos para inclusão de pauta deverão ser encaminhadas
126 por escrito e protocolada na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde conforme calendário
127 com dez dias úteis de antecedência com os respectivos anexos inclusive parecer então se a Comissão
128 não é deliberativa mas ela emite o parecer quem tem que aprovar o parecer é o Conselho agora se ele
129 não recebe o parecer disse entender que não deve aprovar cada tem sua opinião vai defender seu ponto
130 de vista vai fazer sua análise e vai votar da melhor forma só que é uma falta de respeito desse Conselho
131 se tem Regimento se tem Lei tem Decreto se foi aprovado no Conselho todo mundo discutiu. O Sr.
132 Rubens Griep disse que com todo respeito que devemos ter às normas e como Gestor se segue as
133 mesmas gostaria de fazer essa plenária discutir e refletir sobre algumas questões o rito precisa atender
134 as necessidades e não se pode constantemente ficar penalizando o processo de trabalho tivemos
135 discussões importantes esse ano que não avançaram por questões administrativas, mas se for levar ao
136 pé da letra cada uma das questões que existem se inviabiliza o sistema inclusive os serviços pede que os
137 Conselheiros reflitam sobre esse processo a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) seguiu todos os
138 trâmites temos prazo para a apresentação disso se não inviabiliza a execução de ação a prestação de
139 contas o sistema se a preocupação e com um sistema de saúde cada vez mais abrangente então
140 precisamos seguir a prestação de contas está a disposição de todos os Conselheiros como foi dito o
141 parecer não é enviado antes por uma questão de não expor os Conselheiros que deram o parecer, está
142 muito claro uma indisposição posta entre Mesa e alguns Conselheiros e estamos no conjunto e no meio
143 dessa exposição então pediria que fosse resolvido entre Mesa e Conselheiro e não envolvesse todos nós
144 de verdade isso aqui está virando uma piada nós não estamos aqui João Luiz Araujo e Mesa para fazer
145 papel de palhaços se for para brincar de briguinhas e personalidades a gente fica em casa na hora que
146 resolver as questões pessoais de vocês chamem os Conselheiros de volta que se retoma as atividades.
147 O Sr. João Luiz Araujo disse que os princípios deste Conselho é a impessoalidade existe um Regimento
148 Interno que tem que ser seguido e deve ser respeitado e esse Conselho tem que ser respeitado quando
149 se fala de prazos que devem ser respeitados no parágrafo terceiro diz as inclusões consideradas de
150 urgências solicitadas após a elaboração da pauta deverão ser feitas no início de cada reunião ordinária
151 submetidas a votação além disso tem as extraordinárias que podem ser convocadas e aqui tem prazo
152 então estamos falando de um rito que tem que ser respeitado existe até mesmo o rito para as pautas
153 urgentes que são necessárias para serem votadas foi falado pela Conselheira o direito do acesso a
154 informação existe uma Lei Federal que diz qualquer interessado poderá apresentar pedido de informação
155 aos órgãos e entidades referidos no artigo primeiro dessa Lei por qualquer meio legítimo, disse ter
156 enviado um email solicitando os pareceres que são documentos oficiais não são documentos dos
157 Conselheiros são da Comissão e do Conselho por isso são assinados me foi negado o pedido então fiz
158 fotografia dentro do meu direito de ter acesso a informação sou Conselheiro não sou um ser estranho ao
159 Conselho e tenho direito qualquer um de vocês tem direito e qualquer cidadão tem direito a ter acesso
160 aos documentos então como enviei o email por meio legítimo identificado ao Conselho Municipal de
161 Saúde fiz as imagens. **Todos documentos são protocoladas e repassados para a Mesa Diretora que**
162 **vai dar o devido encaminhamento. Foi colocado em votação e com oito votos favoráveis cinco**
163 **votos contrários e duas abstenções foi aprovado o Descritivo da Aplicação dos Recursos do**
164 **Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde VigiaSus da Secretaria Municipal de**
165 **Saúde (SESAU) de Cascavel. 2.1.6) Discutir e deliberar sobre SIOPS/2016.** A Sra. Sheila Vargas
166 disse que esse é um sistema do Ministério da Saúde para que os Gestores bimestralmente baseados
167 nos relatórios contábeis dos municípios alimentem com informações de despesas, receitas envios no
168 caso da Secretaria de Saúde envios aos Fundos Municipais Estaduais possa comprovar ou não a
169 aplicação mínima dos recursos que o Município arrecadou em um determinado período e que deve
170 repassar para a saúde com base na Lei complementar um quatro um de dois mil e doze para que se
171 possa verificar se os municípios estão aplicando os quinze por cento. Lembrando que o índice de
172 apuração do Siops é um pouco diferente do Tribunal de Contas que inclui a receita empenhada nos
173 cálculos o Siops faz com base no que é liquidado então dá uma pequena diferença. O Sr. João Luiz
174 Araujo manifesta seu voto contrário e indaga quem recebeu os documentos e quem fez análise, disse
175 que a Secretaria expediu o ofício no dia vinte e cinco do quatro e o Conselho recebeu no dia vinte e seis
176 fora do prazo e a elaboração de pauta foi no dia dois e a COF se reuniu no dia três para emitir o parecer
177 ou seja depois da elaboração da pauta recebi o material e não tinha os documentos que foi encaminhado

178 no dia onze de maio por email encaminhando o documento em pdf agora como se vai analisar um
179 documento desse tanto assim em quatro dias quando o Regimento Interno fala que o Conselheiro tem
180 que receber o material com no mínimo cinco dias úteis de antecedência então falando a verdade disse
181 que não quer ser preso, lá em Campo Grande todos os Conselheiros foram chamados no Ministério
182 Público e o Presidente do Conselho e o Presidente da Comissão foram presos por aprovar coisas de
183 forma irregular então segue o rito faz o processo de forma correta disse que para finalizar só queria dizer
184 por se tratar de um resumo da prestação de contas nunca foi fornecido todos esses relatórios online e
185 sim disponibilizado o documento físico, cadê o documento físico indaga, a Comissão não tem caráter
186 deliberativo ela faz análise e emite o parecer que vem para o Conselho Deliberar e ela diz assim ficou
187 acordado que a Sesau mandaria o Siops por email para ser encaminhado para todos os Conselheiros
188 por email e uma copia impressa para ficar disponível na Secretaria Executiva do Conselho então ai vocês
189 tirem suas conclusões manifestou seu voto contra. A Sra. Palmira Rangel disse o que é o documento
190 físico mais de quinhentas páginas multiplique pelo número de Conselheiros vai dar muito o Diário Oficial
191 hoje é só online tem certos documentos que não há necessidade de se estar imprimindo imagina o valor
192 que iria gastar para enviar isso por sedex então se tenho preguiça de ler um email para estar aqui
193 discutindo peço o boné e vou embora porque nas últimas reuniões só estamos discutindo Regimento
194 Interno vamos marcar uma reunião só para discutir Regimento e vamos fazer como era uns anos atrás
195 conduzia a coisa no bonitinho só que não quero quinhentas paginas por sedex impresso para mim. O Sr.
196 Elton indaga quantas reuniões foram feitas porque se o material é tão extenso se vocês conseguiram
197 analisar em duas horas se vocês conseguiram analisar quinhentas paginas em duas horas tudo bem a
198 gente vai pelo parecer da Comissão agora humanamente impossível o Presidente da Comissão se ele
199 mandou o parecer gostaria que ele se manifestasse. O Sr. Santo Savi disse que tudo o que foi aprovado
200 no SIOPS já foi aprovado anteriormente os quatro bimestres foram muito bem analisados o Mauro
201 também que faz parte da Comissão tem conhecimento contábil e tudo o que está se discutindo hoje já
202 está aprovado em reuniões anteriores então não tem porque analisarmos quinhentas ou quantas folhas
203 forem porque temos um relatório sucinto quanto a ser preso já em vários lugares foram presos isso não
204 significa que aqui estamos escondendo números muito pelo contrário os números são claros foi feita uma
205 apresentação agora que quem entende um pouco de matemática de números dá para entender que
206 nunca o Município deixou de gastar menos de quinze por cento o que preconiza a PEC vinte e nove e o
207 Município coloca vinte e sete vinte e oito trinta e nós analisamos todos os meses o dinheiro que é gasto
208 na saúde, porque nós somos guardiões aqui o braço direito do Ministério o que eles querem saber é que
209 o Conselho fica atento aqui para ver se o Município gasta realmente esses números em saúde e isso é
210 uma preocupação que tenho se realmente esse percentual que a Secretaria gasta se realmente foi na
211 saúde esse é o papel do Conselheiro não estamos aqui para fiscalizar o Secretário o Prefeito ou o
212 Governador estamos aqui para ver se o dinheiro do Sistema Único de Saúde (SUS) é realmente gasto na
213 saúde esse é o nosso papel, como Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) sempre me
214 preocupei e vou continuar me preocupando se o dinheiro é gasto na saúde porque em épocas anteriores
215 já aconteceu do dinheiro não ser gasto em saúde era uma porcentagem alta quando ia verificar tinha
216 folha de pagamento de pessoas que não eram da saúde então esse é o papel do Conselho é fiscalizar,
217 analisar e acompanhar o que estamos vendo aqui hoje estamos vendo o que já aconteceu e o que foi
218 feito. O Sr. Mauro Giomo disse que é uma copia fiel só que feita de outra forma das prestações de contas
219 quadrimestrais que nós já aprovamos quem quiser ler pode ler ele é extraído dos mesmos relatório
220 financeiros estamos complicando isso porque talvez não seja do conhecimento de alguns Conselheiros
221 estamos dando murro em ponta de faca perdendo tempo se alguém não tem o que fazer também não
222 tenho mas gostaria de estar em casa não fazendo nada não aqui disse estar na reunião porque é uma
223 obrigação sua e que participa de cinco ou seis Comissões do Conselho e não estou lá para brincar e não
224 sou palhaço se tiver que ir preso eu vou, disse nunca ter feito nenhuma coisa no Conselho para
225 prejudicar ninguém sempre analisando os relatórios com todo o cuidado a Sheila está aqui pode dizer
226 isso e se alguém tiver alguma coisa contra pode dizer que eu quero analisar para ver se é verdade ou
227 não então nós não somos moleques não, se fizemos o parecer é porque sabemos o que estamos
228 fazendo e somos responsáveis por eles a minha assinatura está ali e não tenho como apagar ela, agora
229 se alguém acha que deve prender denúncia no Ministério Público denúncia no inferno vai para onde
230 vocês quiserem denunciar não tem problema. O Sr. Rubens Griep disse que o SIOPS é um sistema
231 específico do Ministério da Saúde que não é um órgão fiscalizador da envergadura de um Tribunal de
232 Contas toda a contabilidade pública segue um fluxo específico que não é o mesmo que vai para o
233 Ministério da Saúde a importância do sistema de informação que esse SIOPS é a comprovação de
234 aplicação mínima que é os quinze por cento então aqueles dados que já foram avaliados e aprovados na
235 prestação de contas eles são extraídos e inseridos nesse sistema é uma prestação que já foi aprovada
236 pelos Conselheiros não há dado novo só para reforçar a informação que foi dada. O Sr. João Luiz Araujo

237 dise que não retira uma vírgula do que disse que quer entender por que no parecer consta aprovado com
238 ressalva das despesas efetuadas na nova sede da Secretaria Municipal de Saúde (SESAU). O Sr. Santo
239 Savi disse que houve uma preocupação da Comissão na aprovação dos quadrimestres com os gastos
240 efetuados na nova sede da Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) o antigo Lembrasul onde estão
241 várias Secretarias que cada uma teve gastos e nós ficamos preocupados porque foi um gasto alto se
242 realmente esse gasto aconteceu na saúde ou não é considerado como saúde se está dentro da saúde
243 então ultrapassa os quinze por cento mesmo assim pode ser gasto considerando o aquele gasto poderia
244 se colocar uma dúvida em cima poxa se gastou tanto dinheiro para fazer uma obra e deixou de se
245 atender tantas pessoas na saúde, essa foi a preocupação e por isso foi pedido uma ressalva se lá para a
246 frente aparecer alguma dúvida algum questionamento temos o documento aprovado mas ressalvando
247 aqueles gastos feitos na reforma do prédio a ressalva foi feita anteriormente por isso mantivemos a
248 ressalva no SIOPS porque na Comissão na Plenária do Conselho foram aprovadas em cima do parecer
249 com a ressalva mantivemos a ressalva agora porque na verdade é um retrato fiel dos três quadrimestres
250 não poderíamos deixar de ressaltar agora no SIOPS. **Foi colocado em votação indagando aos**
251 **Conselheiros se estavam esclarecidos para votar esse relatório hoje tendo nove votos favoráveis**
252 **quatro votos contrários sendo aprovado para que se coloque em votação. Foi colocado em**
253 **votação e com dez votos favoráveis quatro votos contrários e uma abstenção foi aprovado com**
254 **ressalva o SIOPS dois mil e dezesseis.** O Sr. João Luiz Araujo e o Sr. Elton solicitam que conste que
255 votaram contra. **2.1.7) Foi colocado em votação e com onze votos favoráveis foram aprovados os**
256 **Delegados inscritos para a Décima terceira Conferência Municipal de Saúde no segmento dos**
257 **trabalhadores, de prestadores e gestores. Foi feita uma verificação de quórum tendo treze**
258 **Conselheiros presentes. 3. Discussão Temática: 3.1) Discussão sobre Convênio do Hospital**
259 **Giácómo Lunardelli.** O Sr. Miroslau Bailak disse que seria um informe para tirar dúvidas, tendo o
260 Hospital sido reformado foi colocado a disposição do sistema para que se internassem ali alguns
261 pacientes eles já fazem ali atendimentos pelo SAS mas como o Hospital ainda tem algumas restrições
262 muito fortes principalmente em relação a Vigilância Sanitária foram liberados trinta leitos que estão dentro
263 da conformidade e estamos aguardando que o Hospital coloque ali alguns equipamentos que são
264 necessários para abrir o centro cirúrgico e também não concluíram o espaço de Uti foram colocados a
265 disposição do sistema trinta leitos para internamentos de baixa complexidade aqueles mais simples para
266 que pudessem dar vazão principalmente para as UPAS de Cascavel, esse hospital não tem convênio
267 com o Ministério da Saúde e não tem convênio com o Estado como é de propriedade do Hospital Salete
268 foi autorizado que eles utilizassem o internamento e isso fosse faturado via Hospital Salete até que fosse
269 feito um credenciamento do Hospital como de retaguarda existe uma habilitação especial chamada Leitos
270 de Retaguarda que podem ser habilitados e recebem um diferencial devendo a documentação ser
271 concluída junto a Vigilância Sanitária para que eles possam ter direito de fazer esse tipo de
272 credenciamento então por enquanto estão internando os pacientes das upas de Cascavel mas também
273 de outros municípios que precisarem estão sendo faturados pelo Hospital Salete na Regional não
274 recebemos nenhuma AIH ainda e eles estão em processo de credenciamento estão indo para Curitiba
275 essa semana dando andamento no processo de credenciamento dos Leitos de Retaguarda por enquanto
276 só pacientes de baixa complexidade. O Sr. Rubens Griep disse que no início do ano foi feita uma reunião
277 junto com o Ministério Público onde foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta e o tema central era a
278 implantação do Ar Condicionado Central de Fluxo Laminar é um processo que envolveu todos os
279 hospitais de Cascavel a instalação deste sistema é bastante cara muitos dos hospitais ainda estão em
280 trâmite para cumprimento, há uma Portaria nova o Governo do estado implantou um roteiro diferenciado
281 para o credenciamento e para o licenciamento sanitário dos hospitais então será elaborado um novo
282 termo de ajustamento de conduta e nesse sentido a possibilidade de abertura do Centro Cirúrgico o que
283 é um avanço importante para a qualificação desses leitos na seqüência a possibilidade de ampliação dos
284 leitos de Uti onde haveria uma possibilidade de incremento e abertura de novos leitos de Uti que é uma
285 demanda importante para o Município a mídia tratou como um convênio não há convênio não é um
286 aluguel não há um repasse de recursos há um credenciamento SUS há uma retomada o Hospital está
287 voltando a ser um prestador de serviços ele está tentando voltar a oferecer aquilo que se entende ser
288 necessário é um hospital estratégico em uma região estratégica e atende um volume de pacientes que
289 de maneira geral os outros hospitais não tem interesse um hospital de média complexidade temos muito
290 interesse que dê certo, com relação as Upas mesmo que não possamos enviar todos os pacientes mas
291 já deu uma aliviada grande aqueles que tem o perfil aliviando aqueles pacientes que estão em
292 observação isso foi um alívio muito significativo para o sistema um avanço fora de serie precisamos
293 avançar mais ainda. O Sr. Miroslau Bailak disse que há sessenta leitos possíveis de ser utilizados a
294 questão do fluxo laminar que vai possibilitar que se utilize o centro cirúrgico para cirurgias eletivas,
295 mutirão que hoje temos dificuldade porque os outros hospitais tem mais perfil de áreas especializadas lá

296 não se pode colocar verbas publicas em hospital privado o que se pode fazer é comprar serviços o que
297 eles produzirem de serviços nós compramos não há limite algum só que para produzirem eles tem que
298 ter as condições se quer credenciar tem que apresentar a documentação que é exigida pelas normas
299 pela legislação então compramos serviços não tem problema em comprar serviços até vamos atrás para
300 comprar serviços desde que seja legal. O Sr. José Quevedo indaga quando vai sair essa Licença
301 Sanitária e esse hospital vai atender a pediatria como fica o teto financeiro e as AIHs não aumentou como
302 a população vem aumentando indaga se é a Central de Leitos que regula a entrada de pacientes nesse
303 hospital. O Sr. Miroslau Bailak disse que na hora que ele adquirir o ar condicionado e instalar a Licença
304 Sanitária vai ser liberada é uma questão financeira está funcionando aquilo que pode o centro cirúrgico é
305 que não pode se não tiver o ar condicionado nem a Uti os trinta leitos estão liberados tem Licença
306 Sanitária não estavam indo com mais frequência porque faltava a usina de oxigênio que é outra limitação
307 ele se comprometeu que até semana que vem já estará instalada essa usina de oxigênio, esse hospital
308 não tem previsão de atendimento pediátrico o que se está trabalhando é para fazer um hospital de
309 retaguarda é aquele paciente que tem um derrame e vai ser atendido em um serviço de neurologia vai
310 para a Uti fica dois dias recebe alta vai para enfermaria e ao invés de ficar ocupando leito naquele
311 hospital altamente especializado como por exemplo o HU ele será transferido para o Jacomo para
312 continuar o seu atendimento esse vai ser o objetivo do hospital de dar suporte a esses pacientes que
313 hoje infelizmente estão sobrecarregando o sistema que precisa estar disponível para as coisas graves é
314 isso que estamos trabalhando para ter, se conseguirmos aumentar trinta e daqui a pouco sessenta
315 resolve tranquilamente o problema e o trabalho que o Secretário está fazendo fabuloso que não aparece
316 ainda mas na hora que resolver o que está sendo feito para as Upas vamos entrar em uma fase bem
317 mais tranqüila. **4. Informes Gerais. 4.1) Informe sobre a Norma 19/2017 referente a consultas e**
318 **exames especializados.** A Sra. Larissa informa que está sendo implantada essa normativa. O Sr. João
319 Luiz Araujo disse que na reunião passada foi aprovado que a norma iria para a Comissão de Atenção
320 Básica emissão de parecer e viria para o Conselho Deliberar e agora vem dizer que implantou na reunião
321 passado um Conselheiro falou que o Conselho não teria caráter de discutir essas questões só que a Lei
322 diz que o Conselho tem caráter permanente deliberativo, resolutivo, consultivo e normativo tudo bem as
323 vezes não consigo entender o que é normativo então buscou informações para confirmar aquilo que
324 suspeitava que é reinterpreta as normas vigentes como também as cria então se o Conselho tem um
325 caráter normativo a Secretaria tem que encaminhar essa norma para o Conselho deliberar e aprovar
326 porque esse é o papel do Conselho esse é o entendimento e o que foi aprovado na reunião passada é
327 importante vir como informe dizer que já foi implantado só que foi implantado há revelia sem aprovação
328 do Conselho na reunião passado disse que não tinha conhecimento porque não foi enviado para os
329 Conselheiros dessa vez o informe foi enviado, mas deveria na verdade estar na Pauta para Deliberação
330 se esse Conselho é normativo diz aqui o Conselho tem obrigações e competências avaliar, acompanhar,
331 fiscalizar, propor estratégias, decidir bem como atuar na política de saúde e ações e serviços de saúde
332 prestar a população para os órgãos públicos, filantrópicas e privadas integrantes do Sistema Único de
333 Saúde (SUS), então se é normativo e é uma norma o Conselho tem que Deliberar e aprovar. **Na reunião**
334 **passado esse item foi Deliberado para ser encaminhado para análise da Comissão, não foi**
335 **Deliberado que tinha que voltar para o Conselho Deliberar.** O Sr. Rubens Griep disse que nessa
336 perspectiva teria que trabalhar juntos a Secretaria de Saúde emite quinze vinte normas diárias e o
337 operacional compete ao Gestor Deliberar sobre a política é um papel do Conselho e nesse sentido tem
338 se respeitado na reunião passado esse ponto veio como Deliberação e foi sugerido que viesse como
339 informe então estamos com dificuldades de compreender quais as demandas exatas que temos de
340 trazer, lembrando aos Conselheiros essa discussão surgiu porque em uma discussão levantamos o
341 problema de que há uma ausência muito grande dos pacientes no dia do agendamento das consultas e
342 dos exames e a Secretaria de Saúde da naquela ocasião ouvir o Conselho para tomar uma decisão mais
343 acertada por isso que trouxemos um esboço de uma norma para discussão e na reunião passada não
344 pudemos discuti-la porque ferimos o Regimento e como sugestão foi que viesse como informe e a vida
345 continua a vida anda trinta por cento dos pacientes continuam perdendo suas consultas seus exames e
346 compete ao Secretário quanto Gestor normatizar os nossos fluxos e isso continuaremos a fazer e em
347 respeito a esse Conselho sempre estaremos apresentando à Mesa Diretora que dirá se entende que vem
348 para Deliberação ou como Informe, disse estar sempre de cara limpa para discutir e mais uma vez
349 estamos nos apegando a detalhes que não vem ao caso e interrompemos o processo de trabalho nessa
350 perspectiva vamos ficar o ano inteiro para definir como vamos agendar nossos pacientes e as coisas não
351 andam nesse ritmo. O Sr. João Luiz Araujo disse que não sabe se está ficando maluco da cabeça se está
352 com problema mental porque no início até falou que precisava retificar a Ata onde diz O Sr. João Luiz
353 Araujo propõe que seja retirado de pauta e encaminhado para que a Comissão analise e volte com os
354 anexos para apreciação do Conselho para poder deliberar então a proposta não foi que viesse como

355 informe e sim que fosse para a Comissão emitir parecer e viesse para Deliberar e quando aprovou que a
356 Comissão ia fazer o acompanhamento da Norma mas a proposta e o que foi corrigido na Ata que teria de
357 ir para a Comissão de Atenção Básica emitir um parecer e esse parecer viesse para o Conselho é isso.
358 Foi informado que houve uma reunião com a Comissão de Atenção à Saúde e Avaliação de Projetos
359 (CASP) onde foi decidido que era uma Norma Operacional interna e ia decidir com os Gestores. O Sr.
360 João Luiz Araujo disse que gostaria que o parecer da Comissão fosse lido. O Sr. João Maria disse que
361 não havia parecer. **Foi um engano do Conselheiro João Maria o parecer estava na Mesa. O Sr. João**
362 **Maria fez verificação de quórum estando dez Conselheiros presentes, foi então encerrada a**
363 **reunião por falta de quórum.** O Sr. João Maria Lima encerrou a reunião e eu, João Luiz Noletto Meira
364 lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será por mim e pelos membros da Mesa Diretora do
365 Conselho Municipal de Saúde, assinada. Cascavel, quinze de maio de dois mil e dezessete.
366
367
368
369
370

371 **Antonio Vieira Martins**
372 Presidente do Conselho
373 Municipal de Saúde
374

371 **João Maria Oliveira Lima**
372 Vice-Presidente do Conselho
373 Municipal de Saúde
374

371 **Mauro Aparecido Giomo**
372 1º Secretária do Conselho
373 Municipal de Saúde
374

375
376
377
378
379 **Claudio Evaristo Cesar**
380 2ª Secretário do Conselho
381 Municipal de Cascavel

379 **João Luiz Noletto Meira**
380 Secretário Executivo do Conselho
381 Municipal de Saúde